

FRANCISCO VILLAR
M.^a PILAR FERNÁNDEZ ÁLVAREZ (Eds.)

RELIGIÓN, LENGUA Y CULTURA PRERROMANAS DE HISPANIA



Ediciones Universidad
Salamanca



Obras protegidas por derechos de autor

TEONÍMIA DA LUSITÂNIA ROMANA

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CREIO NÃO ANDAR LONGE DA VERDADE SE, logo no início da minha intervenção, afirmar que, de novo, neste domínio da teonímia pré-romana, estamos carenciados de mais uns largos momentos de reflexão, uma vez que, a par de novos testemunhos dos cultos indígenas, há toda uma orientação no sentido da releitura das epígrafes.

Não penso vir trazer nada de inovador. Agradeço, porém, ao Prof. Francisco Villar, dinâmico organizador da 8ª edição destes colóquios —de tão grande tradição!— o ensejo que me proporcionou de convosco reflectir um pouco, em voz alta, dando-vos conta das minhas preocupações científicas num domínio que, como sabem, me é particularmente grato. Bem hajam Francisco Villar e os seus directos colaboradores, que souberam pôr de pé com tamanha eficácia este evento. Aliás, uma palavra de muito apreço se lhe deve também, por, uma semana antes do início dos nossos trabalhos, nos ter remetido as separatas do que apresentáramos em Saragoça, no VII Colóquio (Primavera de 1997). Prosseguiu, assim, a tradição de eficiência que já vinha do Colóquio de Coimbra (Outono de 1994), cujo volume de actas (*Hispania Prerromana*) não só se publicou a tempo como rapidamente se esgotou. O nosso aplauso, portanto!

Quiçá não seja pretensiosismo da minha parte referir que a publicação, em 1975, do *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, da autoria do nosso mui prezado amigo e decano, Prof. José María Blázquez, e, em Portugal, do volume *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, que saiu sob a chancela da Imprensa Nacional portuguesa, determinara já essa primeira e profunda reflexão.

Começaram, depois, a surgir as primeiras sínteses na década de 80. E apareceram paulatinamente os primeiros problemas metodológicos: que divindades? Que religiões? Ou: que religião? E será que é mesmo possível falar de... «religião»?

Na década de 90 —mormente na sua recta final— a investigação em torno desta problemática recebeu, inclusive, novo alento. Mercê de mais gente a fazer

mestrados, «tesinas», doutoramentos e, de modo particular, atendendo ao que de aliciante sempre tem o que é misterioso e à religião se prende —mormente estas manifestações religiosas mais antigas, mais ligadas às «raízes» que todos agora muito prezamos (face ao eminente perigo duma indiferenciadora globalização). E veio, por conseguinte, «sangue» novo, interessado, interrogante, questionador. Como convém ao progressivo desenvolvimento duma ciência que jamais se augura estanque, imobilizada, de certezas absolutas entretecida.

E assim - até porque se tornou consensual a ideia de que o historiador nunca é rigorosamente objectivo e amiúde pode (mesmo sem o querer) servir políticas —a escola que chamaríamos de «celtista», a que Antonio Tovar, dada a sua grande ligação com a Alemanha, facilmente aderiu, poderá hoje estar a ser posta em causa. Tudo isto se há-de compreender também no âmbito das novas ideologias políticas e culturais que —queiramos ou não— perfilhamos. Uns duma forma, outros doutra.

Há, na verdade, uma maior atenção à realidade. Os estudos epigráficos assistiram nos derradeiros trinta anos a um *boom* imparável. Alicia Canto, numa expressão feliz, designava, em 1991, os últimos vinte anos como um «veintenio clave para la Epigrafia Latina de España». De Espanha e de Portugal. E da Europa. A Epigrafia deixou de ser, definitivamente, a mera disciplina auxiliar da História a que se dedicavam apenas umas aulas no Curso de História e, mesmo, nos cursos de Arqueologia. Num semestre... *trimestral*. Umas luzes, apenas, para se compreender a mensagem e só a mensagem.

Sintomático —não apenas por dizer respeito a Nîmes onde se celebrava esse X Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina mas pelo que trazia como mensagem (não o duvido)— o facto de a capa das actas desse congresso trazer a reprodução do quadro em que se retrata a ida a essa cidade, em 1732, do célebre marquês Cipião Maffei para admirar, com toda a sua corte, os numerosos monumentos epigráficos ali encontrados. É bem visível o interesse e atenção com que ouve as explicações.

Hoje se compreende melhor o que foi a *Académie des Inscriptions et Belles Lettres*. Porque tinha atrás de si todo um conteúdo político importante. Hoje sorrimos perante a inscrição (agora já com compreensível *damnatio memoriae*...) que Mussolini mandou gravar junto ao mausoléu de Augusto. E percebemos perfeitamente porque usou o Latim; porque mandou gravar aquele texto ali.

Talvez não alcancemos bem o significado da imagem em que, na apresentação de um eurofestival da canção —que, à partida, nada teria a ver com o que estamos a falar, a epigrafia—, uma epígrafe monumental romana ocupe espaço significativo do *écran* televisivo. Ou, ainda que, quando folheamos uma revista tão despreziosa para os nossos domínios como a *Ronda Iberia* (Novembro 1992, p. 86), deparemos, a propósito de Cáceres, cuja visita se recomenda que, para além das tradições estudantis, há, a cada esquina, a possibilidade de toparmos... um miliário romano!

Que significa tudo isto?

Dum lado, a vontade de obtermos razões para estarmos unidos, porque referentes a uma cultura comum, herdeiros duma ancestral tradição que nos pode unir. Mas unir como? Pela força da cultura? Parece que não. E o conflito no Kosovo, bem como a questão de Timor Leste são disso prova mais do que

evidente. A força dessa união não é seguramente a cultural. É uma outra. E, mais uma vez, se calhar, o referencial é Roma.

Um investigador alemão contava, no III Congresso Nacional de Estudos Clássicos, celebrado, em Outubro de 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro —e dizia-o com a maior naturalidade— que o livro de base do ensino do Latim na Alemanha actual continuava a ser o *De Bello Gallico* de César. César, o grande conquistador, o general...

Apetece recordar um outro escrito que aparentemente nada tem a ver com o que estamos a falar: uma passagem da *Cidadela*, em que o imortal Antoine de Saint-Exupéry punha, em 1948, na boca de um príncipe inventado, a propósito dos seus generais:

«Eles vinham ter comigo, carregados das suas pesadas demonstrações: “Deste modo, tu tens de actuar em prol da felicidade dos homens ou em prol da paz ou para a felicidade do império. Nós somos sábios, diziam eles, nós estudámos a história...”».

Pois é.

Estudaram História.

Talvez o erro dos generais de agora seja o de a não terem estudado...

Mas, voltando à Alemanha: julgaríamos nós que Tácito e o seu *De Germania* poderiam ser, nesta época de globalização, o livro de cabeceira dos actuais Germânicos, pois que ali se retratam os seus antepassados, os seus costumes, a sua individualização face aos demais... Na verdade, temos, por um lado, a globalização obtida —o euro, a abolição de fronteiras entre países convencionais...— e, por outro lado, é uma Escócia que pretende ser independente, um País de Gales também... Sem falarmos das autonomias espanholas.

Estou a afastar-me do tema? Talvez não. Que nos importava, porventura, reflectirmos sobre o que nos faz correr. Levar-nos-ia longe essa reflexão e quiçá ela até pareça completamente improcedente para alguém que se propôs falar sobre teonímia da Lusitânia. (Claro que se pus como tema da minha intervenção apenas a «Lusitânia romana» o não fiz, como é evidente, movido por ocultos desejos separatistas; apenas me não quero imiscuir em territórios que não conheço bem e que... me não «pertencem»). É que, na verdade, cada vez tomamos mais consciência de que a «moda» na investigação nasce não exclusivamente de interesses científicos, da curiosidade intelectual, da vontade de sermos cada vez mais objectivos... Nasce muito de eflúvios subterrâneos, nem sempre perceptíveis a olho nu...

* * *

Que aspectos se poderão, então, salientar?

Começaria por sublinhar o que atrás já disse: temos *novas teses e novos investigadores*.

Vimo-lo já no último Colóquio, em Saragoça: Blanca Prósper, auspiciosamente; Rosa Pedrero, Juan Carlos Pedreño... A par de outros, menos jovens, que decidiram entrar na liça: o nosso anfitrião, Professor Francisco Villar, o Professor José Luis Melena... como já tive ensejo de assinalar no brevíssimo apontamento que fiz em Saragoça. E gostaria de explicitar —se me permitem— o porquê dessa minha breve intervenção ali e do raciocínio largo, pretensamen-

te teórico, a que me estou dedicando aqui. É que, francamente, sinto que continuamos numa encruzilhada. Numa encruzilhada, há vários caminhos possíveis. E estamos a calcorrear esses caminhos. Na certeza de que levarão a metas. Decerto não diferentes. Convergentes até. Mas... por caminhos diversos. Designadamente —e isto é importante— por caminhos *mais pensados*. Claro que têm por detrás uma ideologia. Convém, de novo, que não nos iludamos. Acasos não os há. Num cruzamento, vai-se para a direita; escolhe-se ir em frente; ou opta-se pelo carreiro da esquerda. Tempo é de decisão.

Mas —e este é um traço comum que me interessa particularmente realçar— reflecte-se. Põe-se em causa. Questiona-se. Não antojam fantasmas de... monstros sagrados. E questionar é, não há dúvida, a melhor forma de progredir.

Tivemos ocasião, recentemente (o Dr. José Cardim Ribeiro e eu, de, por um feliz acaso —a que não está alheia (imaginem!) uma revista mundana de decoração!— mostrarmos que não existe o pretense antropónimo pré-romano *Arciana* (CIL II 289): trata-se do cognome, bem latino, *Marcianus*, em genitivo, seguido de ANN(*orum*). Se alguém, um dia, tivesse dito preemptoriamente: «Senhores, não se liga importância a este nome, porque não temos certezas e há que esperar» —não se tinha gasto papel nem massa cinzenta, não se tinha arvoado em certezas o que não passava de mera conjectura.

Convenhamos na necessidade de transmitirmos o nosso saber em dúvida, quando a há. Sem dogmatismos. E em partilha. Joaquín Gómez-Pantoja acaba de me informar que reflectiu sobre a leitura de CIL II 5191 = IRCP 390, um texto que traz referência aos *Amici Nemesiaci*. Há uma quinta linha que põe problemas de interpretação que não temos escamoteado, pois importava que todos reflectíssemos sobre isso. E agora pode vir aí uma nova luz.

No caso das divindades indígenas, os exemplos são inúmeros, como se calcula. Refiramo-nos a dois ou três.

Iuppiter Assaecus:

Era esta a leitura que nos fora transmitida desde 1944.¹ Não a questionei,² porque se não questionara. E aceitou-se, naturalmente, que, logo na 1ª linha, aquele sinal de ângulo - < - era uma forma de *punctus distinguens*. Nesse caso, que poderia ser o I? Obviamente, a sigla de *Iovi*. Teríamos, pois, mais um exemplo de *interpretatio*: o deus maior romano a assumir epíteto indígena, numa zona como *Olisipo*, onde isso não parecia inviável.

Na verdade, aí se registava uma aculturação onomástica notável, visível, designadamente, na adopção de cognomes de raiz indígena. Por acaso, também se não questionou muito que tipo de cognomes eram. E hoje, numa arguta intuição de José Cardim Ribeiro³, verificou-se que as gentes portadoras desses cognomes poderão ter vindo de zonas interiores e não serem população local. Na verdade, para essa hipótese até se pode obter confirmação (e lá estamos nós a tentar argumentos a favor de uma ideia nova...) no facto de, no termo da romana *Olisipo* —mais propriamente na *villa* de Freiria— se ter adorado *Tribo-*

¹ V. da Silva 1944 n.º 144 E.

² J. d'Encarnação 1975, pp. 206-207.

³ J. Cardim Ribeiro 1982-83, p. 215.

Quando preparei a minha tese de licenciatura, nos finais da década de 60, integrei entre as divindades indígenas um deus *Paisicaicus*, venerado, segundo se dizia, em recôndito lugar da Serra do Caramulo, no concelho de Vouzela, cercanias de Viseu, pois que, num penedo, se encontrava gravado o seu nome¹¹.

Embora a nomenclatura fosse estranha, era aceitável. Conheciam-se antropónimos de raiz semelhante, como *Paesicus*, e até se poderia aduzir um etnónimo, os *Paesici*, sitos em plenas Asturias. Aceitou-se, pois. A leitura parecia não oferecer dúvidas e a interpretação também não era despicienda, embora com muitas dúvidas. Tive, nessa altura, ocasião de salientar a dificuldade da interpretação e multipliquei os pontos de interrogação mais do que me era habitual.

Por força dos levantamentos arqueológicos que, um pouco por toda a parte, se começaram a fazer, quer a nível de trabalhos escolares nas universidades para cadeiras como Técnicas de Escavação Arqueológica, quer no âmbito da investigação para teses de mestrado ou de doutoramento ou, inclusive, integrado na pesquisa que deveria preceder a elaboração dos obrigatórios Planos Directores Municipais —começaram-se a calcorrear mais miudamente os territórios. Outros conhecimentos se tinham adquirido já, outras perspectivas se levavam. E, para atalhar caminho, o deus *Paisicaicus*, graças a nova leitura de João Luís Inês Vaz —que pudemos confirmar aquando da visita ao local feita por ocasião do III Simpósio Ibero-Itálico de Epigrafia Rupestre (Abril de 1997)— transformou-se em mero etnónimo. E a inscrição, de votiva —o S final (pensara-se) não poderia ser outra coisa senão a sigla de *S(acrum)*, reafirmara-se repetidamente até então—, passou a ser o que era mais natural na circunstância, uma indicação de limite: «Este o termo dos Pésicos» - PAISICAICOE / HAC FINIS.

Falando da zona de Viseu e de epigrafia rupestre, talvez não seja despropositado aludir a um outro penedo, o de Lamas de Moledo sempre presente, aliás, nas reuniões científicas em que se fale de religião ou de povos pré-romanos ou de línguas pré-romanas.

Não quereria repetir aqui o muito que sobre ele se tem escrito desde os tempos do Prof. Antonio Tovar¹². Aliás, a leitura parece neste momento definitivamente fixada e não há que repisar o tema. O que se me afigura de interesse será —a este propósito— relançar a discussão sobre os epítetos divinos.

O Prof. Jorge de Alarcão¹³, num gesto pioneiro, iniciou, há algum tempo, uma pesquisa que, baseando-se precisamente nos epítetos das divindades ou, inclusive, no seu nome pretende lançar luz sobre a organização político-territorial dos povos pré-romanos. E esta inscrição, entre outras, prestava-se para isso porque, como se sabe, dela constam nomes de deuses e possíveis nomes de povos; há possíveis epítetos relacionáveis com «unidades suprafamiliares» (para usarmos da feliz terminologia da saudosa María Lourdes Albertos). E há ainda, na actualidade, topónimos que se enquadram perfeitamente —ou, pelo menos, parecem enquadrar-se— na etimologia dos nomes gravados no penedo.

E, pouco a pouco, mercê desse exercício, o quadro político-social tem sido traçado, dilucidando-se, inclusive, uma certa hierarquização não só dos povos

¹¹ J. d'Encarnação 1975, pp. 256-257.

¹² A. Tovar 1967.

¹³ Jorge de Alarcão 1990.

como dos deuses a eles inerentes: «As etnias protegidas», escreve o Doutor João¹⁴, «eram os *Magareaicoi* para *Crouga* e os *Caieobricoi* para *Iovea*». «Nada sabemos», acrescenta, «destas etnias da Lusitânia central. Na toponímia local permanece, porém, a recordação destes dois povos: os *Magareaicoi* no topónimo Castro da Maga, situado no morro fronteiro a Lamas de Moledo, e os *Caieobricoi* na povoação de Cela, também vizinha de Lamas». O texto explicita que dois povos, os *Veaminicori* e os *Petravioi* fazem as suas oferendas, respectivamente, a *Crouga* e a *Iovea*, relacionando estes númenes com os povos que protegiam.

Não interessará, agora, entrar em mais pormenores nem repetir o que facilmente se poderá ver na bibliografia por demais conhecida já. Mas talvez tenha cabimento uma reflexão que vise a plena consciencialização dos pressupostos teóricos em que essa argumentação assenta.

E de novo viria a terreiro a discussão —que, em tempos (1987, p. 12, nota 8), propus, sem êxito (que eu saiba) ao Prof. Javier de Hoz, a propósito da sua intervenção nas Primeras Jornadas sobre Manifestaciones Religiosas en la Lusitânia acerca dos epítetos do deus *Banda*¹⁵. O tema é aliciante. Rosa Pedrero¹⁶ abordou, no nosso último encontro em Saragoça, a questão do nome «Bandue/Bandi» (para usar da sua versão) e temos programada para hoje à tarde, uma outra comunicação de sua responsabilidade, precisamente sobre os epítetos. E o Dr. Juan Carlos Olivares Pedreño afluou o assunto —tema da sua tese de doutoramento— no recente Congresso de Proto-História Europeia (Guimarães, Março passado), onde apresentou comunicação intitulada «Los teonimos indígenas masculinos del area lusitano-galaica: un intento de síntesis». Poderemos, pois, remeter para esta tarde a troca de impressões a este respeito.

Adiantarei, no entanto, que, apesar de não possuir formação linguística bastante para peremptoriamente o afirmar, hei por mim —como por diversas vezes o tenho escrito— que a divindade é *Banda*. O teónimo pode assumir, mesmo em nominativo, grafias diferentes mais relacionáveis, em meu entender, com o falar das gentes do que com qualquer outro profundo motivo de ordem linguística ou etimológica. Esta é a minha ideia, atendendo aos múltiplos exemplos de influência da oralidade na escrita, detectáveis nomeadamente na actualidade, em que se perdeu muito o hábito de escrever ou amiúde se escreve como se pronuncia. Acho que, mui provavelmente, é por esse caminho que deveremos seguir e não por elucubrações outras cujos fundamentos sempre teremos dificuldade em encontrar.

Perfilho, pois, a ideia de que são epítetos, de carácter adjectival, os vocábulos que acompanham o nome do deus. De *Bandue*, como de *Arentius*, *Cosus*, *Reve*, *Nabia*...

E também se me afigura lícito partir dessa análise para a geografia política. Se as unidades menores se devem chamar «cantões», como ultimamente tem sugerido Jorge de Alarcão, ou se convém mantermo-nos na designação inócua de «unidades suprafamiliares» sem mais destriça — trata-se, provavelmente, duma outra discussão.

¹⁴ J. Vaz 1997, p. 191.

¹⁵ J. de Hoz 1986, pp. 36-41.

¹⁶ R. Pedrero 1999.

Agora, o que interessava decidir — se nestes domínios é lícito tomar decisões... — é se este caminho está, ou não, correcto ou é possível ou tem apenas ténues probabilidades de estar correcto.

Que, nesta pesquisa, outros consensos se adquiriram já:

- a necessidade de, de tempos a tempos, se *retornar à pedra*, para a vermos com outros olhos;
- o extraordinário espírito de tolerância de que os Romanos deram sobejas provas, porque isso, de resto, os transformava também em colonizadores mais facilmente «aceitáveis» (a religião de mão dada com a política, como sempre...).

* * *

É tempo de terminar.

Não resisto, porém, a comentar, mais uma vez, uma metodologia não isenta de problemas. Refiro-me à tentação, em que amiúde sucumbimos, de querer-mos «espartilhar» as divindades em classificações como «indígenas», «clássicas» ou «orientais» e de continuarmos a optar por uma rígida classificação dos deuses em «aquáticos» (?), «celestes», «da guerra», etc.

Por exemplo: o culto ao Génio o que é? Indígena, romano, oriental? E o que é o Génio, que são os *Dii*, os *Lares*?

Talvez não seja desinteressante reafirmar que, por detrás duma manifestação religiosa, está necessariamente o Homem. E quando chega a um território para nele se instalar, sabe que esse palmo de terra pertence a alguém, humano ou divino. Os humanos podem não aparecer, mas certamente os divinos estarão por lá. Há que pactuar com os primeiros, se aparecerem; é obrigatório apaziguar os segundos, quer apareçam ou não, quer se lhes saiba o nome ou não.

Recordo o caso, dado a conhecer por René Rebuffat, do acampamento duma *vexillatio* da III Legião Augusta em Bu Njem, a sul da Tripolitânia: uma das primeiras inscrições que os soldados gravaram, na capela do *praetorium* (AE 1976 700), foi dedicada precisamente ao Génio de Gholiaia (assim chamaram ao local) — como que num pedido de desculpa à divindade por terem ousado vir-lhe ocupar o território e sobre o seu dorso rasgar sulcos e levantar edificações. Desta sorte, quando Q. *Sabinus Florus*, colono recém-chegado a Amares, no termo de *Bracara Augusta*, erige ao altar ao Génio (HEp 1 1989 663), está a prestar culto a uma divindade indígena ou a um deus romano? Os *Lares* de Conimbriga (AE 1969-1970 245) com que vestes se adornam: as romanas ou as indígenas?

Interessa, pois, retornar à pedra de quando em vez, para não construirmos castelos no ar, como no caso de *Paisicaicus*...

Interessa procurar cada vez mais textos que nos identifiquem melhor os nomes. Recordo *Oipaengia*, teónimo cuja grafia foi confirmada pelo achamento de uma segunda epígrafe (FE 198), mais clara que a primeira. Uma nova dedicação a *Vortiacio*, ainda que Armín Stylow (HEp 4 1994 242) considere a «interpretação inaceitável», relança a discussão em torno das variantes gráficas destes epítetos de *Banda*, de que já se conheciam (em dativo) *Vordeaeco* e *Vorteaeco*... e a hipótese, que perfilho, de, amiúde, o deus ser designado apenas pelo epíteto.

No fundo, porém, todos estes aspectos serão menores e a sua análise apenas visará um objectivo (permitam-me a ousadia da sugestão): descobrir o Homem e o seu relacionamento com a divindade em todos os tempos. Como sentia a necessidade de um ente superior ou como, sentindo a necessidade de um ente superior de quem professava depender, queria simultaneamente esse ente para si. Dava-lhe um nome à sua medida, à medida do seu território, à medida do seu povo. Tornava-o íntimo, mais próximo. Seu.

É quando falamos de *divindades indígenas* é seguramente esse um dos aspectos que mais nos fascina, de facto: a vontade de ter os deuses, quaisquer que eles sejam, bem perto de si —qual bordão de peregrino em constante demanda de uma serenidade maternal: forte, benfazeja, tranquilizadora. Como a intimidade quente do pôr-do-sol, na quietude do oásis orgulhoso do seu palmar.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J., «Divindades da Beira: ensaio de geografia religiosa», *Arqueologia Hoje*, Faro, 1990, pp. 146-169.
- ALVAR, J., «Un posible testimonio de culto a Cibeles en Cascais (Portugal)», *Archivo Español de Arqueología* 56. 1983, pp. 123-130.
- BÚA, C. e GUERRA, A., «Nova interpretação de uma epígrafe votiva do Poço de Cortes, Lisboa (EO 144-E)», in F. VILLAR y F. BELTRÁN (Eds.), *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1999, pp. 329-338.
- ENCARNAÇÃO, J. d', *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, 1975.
- ENCARNAÇÃO, J. d', «Omissão dos teónimos em inscrições votivas», *Veleia* 2-3. 1985-1986, pp. 305-310.
- ENCARNAÇÃO, J. d', «Decreto decurionum —algumas notas sobre o mecanismo decisório municipal na Hispânia romana», *Ciudad y Comunidad Civica en Hispania (siglos II y III d. C.)*, Madrid, 1993, pp. 220-223.
- ENCARNAÇÃO, J. d', *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*. Cascais, 1994.
- ENCARNAÇÃO, J. d' e RIBEIRO J. CARDIM, «Divagações linguísticas em torno dum epítáfio romano reencontrado», *Humanitas* L(1) 1998, pp. 189-197.
- FE 24 = ENCARNAÇÃO, J. d', «Ara votiva de Cascais», *Ficheiro Epigráfico* 6. 1983, nº 24.
- FE 59 = ENCARNAÇÃO, J. d', «Ara votiva a Triborunnis», *Ficheiro Epigráfico* 14. 1985 nº 59.
- ENCARNAÇÃO, J. d', «Divindades indígenas da Lusitânia», *Conimbriga* 26. 1987, pp. 5-37.
- FE 198 = AMARO (Maria João), «Ara votiva do Ladoeiro», *Ficheiro Epigráfico* 44 1993 nº 198.
- HOZ, J. de, «La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania», *Manifestaciones Religiosas en la Lusitania*, Cáceres, 1986, pp. 31-49.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d', *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra, 1984.
- PEDRERO SANCHO, R., «Aproximación lingüística al teónimo lusitano-gallego Bandue/Bandi», in F. VILLAR y F. BELTRÁN (Eds.), *Pueblos, Lenguas y Escrituras en la Hispania Prerromana*, Salamanca, 1999, pp. 535-543.
- PRÓSPER, B., «El teónimo paleohispano Trebarune», *Veleia* 11. 1994, pp. 187-196.
- RIBEIRO, J. CARDIM, «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», *Sintria* I-II (1), 1982-1983, pp. 151-476.
- RIBEIRO, J. CARDIM, «Felicitas Iulia Olisipo —algumas considerações acerca do catálogo *Lisboa Subterrânea*», *Al-madan* 3 (Julho 1994), pp. 75-95.
- SILVA, V. da, *Epigrafia de Olisipo*. Lisboa, 1944.
- TOVAR, A., «L'inscription du Cabeço de Fráguas et la langue des lusitaniens», *Études Celtiques* XI. 1967.
- VAZ, J. L. Inês, *A Civitas de Viseu —Espaço e Sociedade*. Coimbra, 1997.